

# Broto Legal Alimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
Broto Legal Alimentos S.A.  
Campinas - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes relativos a apresentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar e do saldo de adiantamentos à fornecedores em rubrica específica no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e relativos as apresentações das movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures, dos saldos de partes relacionadas e do saldo de receita operacional por produto nas notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, foram retificadas. Nossa opinião não está ressalva em relação a esse assunto.

## Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 8, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações em 16 de maio de 2019. Conforme mencionado na Nota Explicativa 8, esses valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 3 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

# Broto Legal Alimentos S.A.

## Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 Reapresentado(*)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11	50.074	49.670
Contas a receber	12	52.445	3.043
Estoques	13	47.493	37.425
Impostos a recuperar	14	6.723	12.203
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15	14.803	14.717
Adiantamento a fornecedores		13.239	11.166
Outras créditos		<u>2.102</u>	<u>2.938</u>
		<b>186.879</b>	<b>131.162</b>
Não circulante			
Impostos a recuperar	14	17.022	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	1.750	-
Depósitos judiciais	21	16.402	14.594
Imobilizado	16	90.602	81.595
Intangível	17	<u>89.962</u>	<u>101.366</u>
		<b>215.738</b>	<b>197.555</b>
Total do ativo		<b>402.617</b>	<b>328.717</b>

(\*) Os saldos reapresentados que estão demonstrados na nota explicativa 8, não foram auditados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Broto Legal Alimentos S.A.

## Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	137.805	42.036
Debêntures a pagar	19	-	10.162
Fornecedores		12.927	15.106
Obrigações sociais e trabalhistas		2.880	2.177
Impostos a recolher		4.075	2.941
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	5.659
Provisões diversas		731	-
Outras obrigações		4.224	1.351
		<b>162.642</b>	<b>79.432</b>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	9.988	-
Debêntures a pagar	19	-	133.667
Certificado de registro do agronegócio a pagar	19	153.513	-
Empréstimo com partes relacionadas	20	2.000	13.253
Provisão para contingências	21	418	408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	24.625
		<b>165.919</b>	<b>171.953</b>
Patrimônio líquido	23		
Capital social		88.544	70.100
Reserva legal		459	459
Reserva de investimento		6.773	6.773
(-) Prejuízos acumulados		(21.720)	-
		<b>74.056</b>	<b>77.332</b>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>402.617</b>	<b>328.717</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Broto Legal Alimentos S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	24	386.145	328.098
Custo dos produtos vendidos	25	<u>(318.428)</u>	<u>(249.099)</u>
Lucro bruto		<u><b>67.717</b></u>	<u><b>78.999</b></u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	25	(55.468)	(47.326)
Despesas administrativas e gerais	25	(27.220)	(21.064)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(1.104)	-
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	26	<u>340</u>	<u>1.994</u>
		<u><b>(83.452)</b></u>	<u><b>(66.396)</b></u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u><b>(15.735)</b></u>	<u><b>12.603</b></u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	27	(27.646)	(9.470)
Receitas financeiras	27	<u>3.197</u>	<u>2.216</u>
		<u><b>(24.449)</b></u>	<u><b>(7.254)</b></u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u><b>(40.184)</b></u>	<u><b>5.349</b></u>
Corrente	22	(1.727)	-
Diferido	22	<u>26.374</u>	<u>3.830</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u><b>(15.537)</b></u></u>	<u><u><b>9.179</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Broto Legal Alimentos S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(15.537)</u>	<u>9.179</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u><u>(15.537)</u></u>	<u><u>9.179</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Broto Legal Alimentos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>50.000</b>	<b>5.000</b>	-	<b>39.025</b>	-	<b>94.025</b>
Incorporação reversa da controladora	20.100	(5.000)	-	(40.972)	-	(25.872)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.179	9.179
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	459	-	-	(459)	-
Constituição de reserva de lucro/investimento	-	-	6.773	1.947	(8.720)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>70.100</b>	<b>459</b>	<b>6.773</b>	-	-	<b>77.332</b>
Incorporação (nota 2)	7.718	-	-	-	(6.183)	1.535
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15.537)	(15.537)
Aumento de capital	10.726	-	-	-	-	10.726
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>88.544</b>	<b>459</b>	<b>6.773</b>	-	<b>(21.720)</b>	<b>74.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Broto Legal Alimentos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		(15.537)	9.179
<i>Ajustes:</i>			
Depreciação e amortização	18	18.737	14.408
Provisões		10	(393)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	12	1.104	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	16 e 17	903	332
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21	(24.647)	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18, 19 e 20	19.729	7.050
		<b>299</b>	<b>30.576</b>
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(49.368)	36.540
Estoques		(10.448)	(22.436)
Impostos a recuperar		(11.692)	(19.260)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(801)	-
Depósito judicial		(1.808)	(2.309)
Adiantamento a fornecedores		428	-
Fornecedores e outras obrigações		146	8.443
Obrigações sociais e trabalhistas		162	177
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		1.136	1.492
Variação nos outros ativos e passivos		2.309	(14.980)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.035)	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicado/gerado nas atividades operacionais		<b>(70.771)</b>	<b>18.243</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Juros recebido de empréstimos com partes relacionadas		(117)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(13.133)	(14.713)
Empréstimos concedido à parte relacionada – Liberação	20	(2.720)	-
Empréstimos concedido à parte relacionada - Recebimentos	20	2.000	-
Incorporação de caixa e equivalente de caixa	2	271	65
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos		<b>(13.699)</b>	<b>(14.648)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre capital próprio	23	(5.659)	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	(14.803)	-
Captação empréstimos e financiamentos	18	217.620	48.993
Captação por emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA)	19	152.804	-
Captação de empréstimo com parte relacionada	20	19.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(119.053)	(21.246)
Pagamento de debêntures	19	(143.334)	(7.345)
Pagamento de empréstimo obtido com parte relacionada	20	(21.800)	-
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamentos		<b>84.775</b>	<b>20.402</b>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<b>404</b>	<b>23.997</b>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11	49.670	25.673
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11	50.074	46.670
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<b>404</b>	<b>23.997</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1 Contexto operacional**

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- (vii) Beneficiamento de arroz;
- (viii) Industrialização por terceiros de produtos de mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada;
- (ix) Beneficiamento de produtos industrializados da mandioca, milho e seus derivados, tais como, mas não se limitando á farinha, farofa, amido, fécula, fécula hidratada; e
- (x) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

### **Situação financeira**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta prejuízos no exercício no montante de R\$ (15.537) (lucro no montante de R\$ 9.179 em 2018), e fluxo de caixa operacional negativo no montante de R\$ (70.771) (R\$ 18.243 positivo em 2018), por outro lado apresenta patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 74.056 (R\$ 77.332 em 2018), e capital circulante líquido positivo de R\$ 24.237 (R\$ 51.730 em 2018). Os principais fatores que levaram ao prejuízo do exercício de 2019 e fluxo de caixa operacional negativo foram os seguintes: i) em 2019 houve um aumento significativo no custo de matéria prima, que não foi totalmente repassado nos preços de venda, impactando assim a margem bruta, porém em 2020 houve manutenção para melhoria desses custos devido a própria variação de mercado e melhoria nas negociações; ii) a incorporação reversa da Cinel trouxe um impacto negativo para o resultado de 2019, porém ainda durante o exercício de 2019 foi iniciado o processo de reestruturação das operações que foram incorporadas, com efeitos positivos a partir de 2020; e iii) em 2019 a Companhia decidiu fazer investimentos não recorrentes em consultoria administrativa e de marketing e em publicidade e propaganda, para expansão de seu mercado, que foram reduzidos para o ano de 2020. Por esses fatores, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu não haver quaisquer riscos quanto a sua continuidade operacional.

## 2 Combinações de negócio e incorporações

### Combinação de negócio

Em 28 de fevereiro de 2018 a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Cinel”) concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data de aquisição em 28 de fevereiro de 2018 foi o seguinte:

Contas a receber	24.294
Estoques	30.113
Outros créditos	8.727
Depósitos judiciais	12.728
Imobilizado	15.362
Empréstimos e financiamentos	(1.069)
Fornecedores	(2.529)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.080)
Impostos a recolher	(1.922)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(5.659)
Outras obrigações	(2.719)
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos	<u>56.577</u>
Ativo adquirido líquido de caixa	131.823
Caixa e equivalentes de caixa	<u>18.443</u>
Ativo líquido adquirido	<u>150.266</u>
Valor de compra	<u>208.202</u>
Goodwill	<u><u>57.936</u></u>

O preço total de compra para a aquisição da Broto Legal foi alocado com base no valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O valor estimado líquido na data de aquisição foi de R\$56.577, atribuído da seguinte forma:

Imobilizado	33.141
Marcas	45.171
Carteira de clientes	6.827
Acordo de não competição	<u>584</u>
<b>Total</b>	<u><b>85.723</b></u>
Impostos diferidos passivos, líquido	<u>(29.146)</u>
<b>Valor Líquido</b>	<u><b>56.577</b></u>

O valor justo estimado será realizado da seguinte forma: a) imobilizado - depreciado de acordo com a vida útil dos ativos; b) marcas - 5 anos; c) carteira de clientes - 3 anos e; d) acordo de não competição - 5 anos.

### Incorporação da Controladora

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia incorporou ativos e passivos líquidos da controladora Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente. A incorporação foi

registrada na Junta Comercial Estadual em 17 de outubro de 2018 e destinava-se, principalmente, a melhorar a eficiência administrativa e utilização do benefício fiscal.

Consequentemente, a Companhia incorporou os seguintes ativos e passivos líquidos:

	<b>31 de agosto de 2018</b>
Caixa e equivalentes de caixas	65
Contas a receber	11
Estoques	6.492
Impostos a recuperar	258
Imobilizado	24.067
Investimentos	228.282
Intangível	2
Fornecedores e outras obrigações	(3.619)
Debêntures	(146.000)
Partes relacionadas	(13.253)
Impostos a recolher	(97)
Dividendos a pagar	<u>(16.938)</u>
Acervo líquido, incluindo investimento da Cinel na Companhia	<u><b>79.270</b></u>

Em 31 de agosto de 2018, o saldo de investimento da Cinel na Companhia totalizava R\$105.142 e foi eliminado na incorporação.

#### ***Incorporação***

Em 30 de janeiro de 2019, o acionista controlador aumentou o capital da Companhia através de incorporação de ativos e passivos líquidos da Itaobi Importação e Exportação de Cereais LTDA. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente. A incorporação foi registrada na Junta Comercial Estadual em 27 de março de 2019 e destinava-se, principalmente, a melhorar a eficiência administrativa.

Consequentemente, a Companhia incorporou os seguintes ativos e passivos líquidos:

	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>Movimentações</b>	<b>30 de janeiro de 2019</b>
Caixa e equivalentes de caixas	76	195	271
Contas a receber	1.889	(751)	1.138
Estoques	310	(690)	(380)
Impostos a recuperar	1.931	(2.081)	(150)
Imobilizado	6.663	(55)	6.608
Intangível	3	-	3
Fornecedores e outras obrigações	(3.110)	2.563	(548)
Obrigações trabalhistas	(331)	(210)	(541)
Empréstimos e Financiamentos	(2.561)	(34)	(2.595)
Empréstimo com parte relacionada	(2.273)	-	(2.273)
Impostos a recolher	<u>(2)</u>	<u>3</u>	<u>2</u>
Acervo líquido	<u><b>2.595</b></u>	<u><b>(1.060)</b></u>	<u><b>1.535</b></u>

O Laudo de avaliação foi emitido com base nos ativos e passivos líquidos demonstrados em 31 de dezembro de 2018. Até a data do evento de incorporação, realizado em 30 de janeiro de 2019, houve uma movimentação líquida de (R\$ 1.060) nos ativos e passivos, reduzindo assim o valor do acervo líquido incorporado pela Companhia.

### **3 Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 3 de junho de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 10.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 12** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

#### **Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um

passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 28).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros.

## **6 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

## **7 Mudanças nas principais políticas contábeis**

### **a. CPC 06 (R2) Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que



representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa norma.

**b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação

**8 Retificação dos valores correspondentes – informações não auditadas**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu à representação, de forma retrospectiva, nos valores correspondentes relativos a apresentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar e do saldo de adiantamentos à fornecedores em rubrica específica no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e , nos valores correspondentes relativos as apresentações das movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures, dos saldos de partes relacionadas e do saldo de receita operacional por produto nas notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, originalmente divulgadas em 16 de maio de 2019.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis; e
- Retificação de erro.

**a. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018**

	Originalmente Ref. Apresentado	Reclassificações (não auditado)	Reapresentado (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	49.670	-	49.670
Contas a receber	3.043	-	3.043
Estoques	(a) 48.591	(11.166)	37.425
Impostos a recuperar	(b) 26.920	(14.717)	12.203
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(b) -	14.717	14.717
Adiantamento a fornecedores	(a) -	11.166	11.166
Outras créditos	2.938	-	2.938
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>131.162</b>	<b>-</b>	<b>131.162</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>197.555</b>	<b>-</b>	<b>197.555</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>328.717</b>	<b>-</b>	<b>328.717</b>

(a) Reapresentação do saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar por erro na apresentação requerida pelo CPC 26.

(b) Reapresentação do saldo de adiantamentos à fornecedor por erro na apresentação requerida pelo CPC 26.

Não há nenhum impacto material sobre demonstrações do resultado e do resultado abrangente do exercício e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**c. Notas explicativas à demonstrações financeiras**

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e como CPC 21 – Demonstração intermediária, os valores correspondentes relativos as apresentações das movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures, dos saldos de partes relacionadas e do saldo de receita operacional por produto nas notas explicativas às demonstrações financeiras estão sendo reapresentados. Esses ajustes são classificadas como retificação de erro. Veja notas explicativas 18, 19, 20 e 24.

**9 Principais políticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio calculada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte nas disposições do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado pelo VJR (valor justo por meio do resultado), de custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo é mensurada inicialmente pelo preço da transação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequentes**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado e mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia modifique o modelo de negócios para a administração dos ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período do balanço subsequente à modificação no modelo de negócio.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- Se for mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja para manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido em um modelo de negócio cuja finalidade seja atingida pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados com o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação da finalidade do negócio no qual um ativo financeiro é mantido na carteira, uma vez que isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é administrado, e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e metas estabelecidas pela carteira e a operacionalização prática dessas políticas. Elas incluem a questão de se a estratégia da administração se concentra em obter receitas de juros contratuais, mantendo um certo perfil de taxa de juros, combinando a duração

dos ativos financeiros com a duração dos passivos relacionados ou das saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos :

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia.
- Riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e dos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio) e a forma como esses riscos são administrados;
- Como os gerentes comerciais são remunerados - por exemplo, se a remuneração tem por base o valor justo dos ativos administrados ou os fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A taxa de vendas, volume e período de vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos para essas vendas e expectativas de vendas futuras.

Transferências de ativos financeiros a terceiros em transações não qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas, o que é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados com um desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - Avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos do principal e juros*

Para fins de avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” é definido como uma contraprestação pelo valor em dinheiro no momento e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais dos instrumentos para avaliar se fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia modificar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais para que ele não atenda essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera o seguinte:

- Eventos contingentes que modificam o valor ou período dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pagamento antecipado e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base no desempenho de um ativo).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. Receita de juros, variação cambial ativa e perdas por

redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros -Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio de resultado se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou atribuído como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, mais juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Despesa com juros, e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais ao recebimento de fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e recompensas da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém todos os riscos de titularidade e recompensas dos ativos financeiros e também não detém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liberadas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes se um novo passivo financeiro com base nos termos alterados for reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não passam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem um direito legalmente exequível de compensar e existir a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**c. Estoques**

Registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em trânsito são registradas pelo custo acumulado de cada transação de importação. Quando aplicável, uma provisão é reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis na realização de estoques.

**d. Ativo Imobilizado**

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos em condições de utilização para o uso pretendido, os custos de desmontar e remover os itens e restaurar o local onde eles estão localizados.

O software comprado que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento relacionado é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) do ativo imobilizado.

O ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e é reconhecido líquido dentro de outras receitas/outras despesas no resultado. Quando ativos revalorizados são vendidos, qualquer montante relacionado incluído na reserva de reavaliação é transferido para os lucros acumulados.

***Custos subsequentes***

O custo de substituição de um componente de um item do ativo imobilizado é reconhecido no valor contábil do item se for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao componente fluirão para a Companhia, e seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos do uso rotineiro do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

***Depreciação***

A depreciação é baseada na vida útil dos ativos. Componentes significativos de um ativo individual são avaliados e, se um componente tiver uma vida útil que seja diferente do restante desse ativo, esse componente é depreciado separadamente.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de cada componente de um item do ativo imobilizado.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada, que é embasada em suas práticas e experiência anterior e refletem a vida econômica desses ativos.

A depreciação é baseada na avaliação interna da Companhia, que calculou as vidas úteis conforme descrito na nota explicativa 16.

**e. Ativos intangíveis**

Declarados ao custo de aquisição ou formação, menos amortização, que é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos intangíveis. Na data do balanço, quando necessário, esses ativos sofrem perdas por redução ao valor recuperável e uma provisão é reconhecida.

**f. Redução ao valor recuperável**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

De acordo com as exigências do CPC 01 (R1), a Administração da Companhia não identificou eventos desencadeadores de perdas por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e ativos intangível com vida útil definida.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao acionista em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.



*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

*Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados em cada data de apresentação para avaliar se há indícios de perda por redução ao valor recuperável. Se tal indício existir, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

**g. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e a base tributável correspondente utilizada na apuração do lucro real, incluindo o saldo dos prejuízos fiscais, quando aplicável. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados, na medida em que seja provável que o lucro real esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais transportados possam ser utilizados.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado no final de cada período de balanço e reduzido na medida em que não é mais provável que o lucro real suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, e é provável que a Companhia seja obrigada a honrar tal obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação. O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação ao final do período de relatório, levando-se em conta os riscos e incertezas em torno da obrigação.

**i. Receita**

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

**(i) Identificação do contrato**

Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios:

- (a) reconhecimento da contraprestação é provável;
- (b) o contrato tem que possuir substancia comercial;
- (c) poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
- (d) um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas

**(ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato**

Nesta etapa, a entidade identifica todos bens e serviços prometidos e avalia se esses bens e serviços constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens ou serviços são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.

**(iii) Determinação do preço da transação**

Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens e serviços para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.

Para determinação do valor é necessário considerar o risco de retorno da receita, determinar se a contraprestação representa uma redução do preço de transação, pagamento de bem ou serviço distinto ou uma combinação dos dois. Além disso, na contraprestação não monetária, se razoavelmente estimável, esta deverá ser mensurada pelo valor justo, caso não se utiliza o preço

de venda e para os contratos com financiamentos significativos a entidade deve refletir o valor do dinheiro ao longo do tempo e ajustar o valor prometido.

**(iv) *Alocação do preço da transação***

Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem ou serviço para clientes em situação semelhante.

**(v) *Reconhecimento da receita***

A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumprir sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

**j. *Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos de curto prazo e ganhos de variação cambial.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos/financiamentos e perdas de variações cambiais.

**k. *Benefícios a empregados***

**(i) *Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**10 *Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

## 11 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa	56	76
Aplicações	<u>50.018</u>	<u>49.594</u>
	<b><u>50.074</u></b>	<b><u>49.670</u></b>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

## 12 Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, quando aplicável.

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Contas a receber mercado interno	5.612	9.666
Contas a receber mercado externo	3.898	97
Contas a receber cedidos para bancos com coobrigação (a)	52.465	-
Descontos concedidos	(7.193)	(5.488)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.336)</u>	<u>(1.232)</u>
	<b><u>52.445</u></b>	<b><u>3.043</u></b>

- (a) A Companhia cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes não foi desreconhecido do balanço, pois a Companhia reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido (veja nota explicativa 18). O acordo com o banco é de que os clientes continuem a remeter o caixa para a Companhia, e a Companhia transfira os montantes recebidos para o banco.

Os recebíveis são considerados dentro de um modelo de negócio mantido para recebimento consistente com o reconhecimento contínuo dos recebíveis pela Companhia.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
A vencer	44.671	3.978
Vencidos:		
Entre 1 a 30 dias	9.421	3.463
Entre 31 a 90 dias	2.920	402
Entre 91 a 365 dias	2.852	849
Há mais de 365 dias	<u>2.111</u>	<u>1.071</u>
	<b><u>61.975</u></b>	<b><u>9.763</u></b>

A Administração constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 1 de janeiro de 2018	<b>(1.171)</b>
Reversão de provisão	381
Constituição de provisão de perda	(442)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>(1.232)</b>
Reversão de provisão	7.911
Constituição de provisão de perda	(9.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>(2.336)</b>

### 13 Estoques

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Mercadoria para revenda	6.150	5.011
Matéria prima	10.631	9.034
Estoques em poder de terceiros	1.574	1.784
Produto acabado	26.383	17.163
Estoque embalagens	1.880	1.580
Estoque em trânsito	125	2.097
Outros	750	756
	<u><b>47.493</b></u>	<u><b>37.425</b></u>

### 14 Impostos a recuperar

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
PIS e COFINS	17.633	7.451
Imposto de renda retido na fonte	65	307
ICMS	6.018	4.442
ICMS-ST	29	3
	<u><b>23.745</b></u>	<u><b>12.203</b></u>
Imposto a recuperar circulante	6.723	12.203
Imposto a recuperar não circulante	<u>17.022</u>	<u>-</u>
	<u><b>23.745</b></u>	<u><b>12.203</b></u>

### 15 Imposto de renda pessoa jurídica a recuperar

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imposto de renda	10.976	10.732
Constituição social sobre o lucro líquido	<u>3.827</u>	<u>3.985</u>
	<u><b>14.803</b></u>	<u><b>14.717</b></u>

## 16 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Imobilizado em 31 de dezembro de 2017	406	2.423	11.873	303	185	18	15.208
Custo em 31 de dezembro de 2017	406	3.815	23.664	1.113	435	684	30.117
Adições	-	3.611	10.141	92	376	255	14.475
Baixas	-	(104)	(182)	(106)	(2)	-	(394)
Incorporação de controladora	3.134	20.479	33.253	454	216	243	57.779
<b>Custo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.540</b>	<b>27.801</b>	<b>66.876</b>	<b>1.553</b>	<b>1.025</b>	<b>1.182</b>	<b>101.977</b>
Depreciação em 31 de dezembro de 2017	-	(1.392)	(11.790)	(810)	(251)	(666)	(14.909)
Depreciações	-	(591)	(3.626)	(193)	(338)	(62)	(4.810)
Baixas de depreciações	-	-	16	65	3	-	84
Incorporação de controladora	-	-	(747)	-	-	-	(747)
<b>Depreciação em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>(1.983)</b>	<b>(16.147)</b>	<b>(938)</b>	<b>(586)</b>	<b>(728)</b>	<b>(20.382)</b>
<b>Imobilizado em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.540</b>	<b>25.818</b>	<b>50.729</b>	<b>615</b>	<b>439</b>	<b>454</b>	<b>81.595</b>
Custo em 31 de dezembro de 2018	3.540	27.801	66.876	1.553	1.025	1.182	101.977
Adições	-	9.094	3.725	120	75	-	13.014
Transferências	-	-	(2.501)	-	-	-	(2.501)
Baixas	-	(881)	(13)	(18)	(5)	(97)	(1.014)
Incorporação	1.317	2.899	5.489	26	29	46	9.806
<b>Custo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.857</b>	<b>38.913</b>	<b>73.576</b>	<b>1.681</b>	<b>1.124</b>	<b>1.131</b>	<b>121.282</b>
Depreciação em 31 de dezembro de 2018	-	(1.983)	(16.147)	(938)	(586)	(728)	(20.382)
Depreciações	-	(1.089)	(5.737)	(206)	(67)	(112)	(7.211)
Baixas de depreciações	-	-	6	6	2	97	111
Incorporação	-	(510)	(2.648)	(11)	(16)	(13)	(3.198)
<b>Depreciação em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(3.582)</b>	<b>(24.526)</b>	<b>(1.149)</b>	<b>(667)</b>	<b>(756)</b>	<b>(30.680)</b>
<b>Imobilizado em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.857</b>	<b>35.331</b>	<b>49.050</b>	<b>532</b>	<b>457</b>	<b>375</b>	<b>90.602</b>
Taxa média de depreciação anual %	-	4%	10%	20%	10%	20%	90.602

## 17 Intangível

	Softwares	Pesquisa e desenvolvimento	Marcas	Acordo de não competição	Carteira de clientes	Goodwill (a)	Total
<b>Intangível em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>52</b>	-	-	-	-	-	<b>52</b>
Adições	232	6	-	-	-	-	238
Baixas	(16)	(6)	-	-	-	-	(22)
Incorporação de controladora	177	-	45.173	584	6.827	57.936	110.697
Amortizações	(77)	-	(7.529)	(97)	(1.896)	-	(9.599)
<b>Total Custo</b>	<b>596</b>	-	<b>45.173</b>	<b>584</b>	<b>6.827</b>	<b>57.936</b>	<b>111.116</b>
<b>Total Amortização acumulada</b>	<b>(228)</b>	-	<b>(7.529)</b>	<b>(97)</b>	<b>(1.896)</b>	-	<b>(9.750)</b>
<b>Intangível em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>368</b>	-	<b>37.644</b>	<b>487</b>	<b>4.931</b>	<b>57.936</b>	<b>101.366</b>
Adições	119	-	-	-	-	-	119
Incorporação de controladora	-	-	3	-	-	-	3
Amortizações	(99)	-	(9.034)	(117)	(2.276)	-	(11.526)
<b>Total Custo</b>	<b>715</b>	-	<b>45.176</b>	<b>584</b>	<b>6.827</b>	<b>57.936</b>	<b>111.238</b>
<b>Total Amortização acumulada</b>	<b>(327)</b>	-	<b>(16.563)</b>	<b>(214)</b>	<b>(4.172)</b>	-	<b>(21.276)</b>
<b>Intangível em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>388</b>	-	<b>28.613</b>	<b>370</b>	<b>2.655</b>	<b>57.936</b>	<b>89.962</b>
<b>Taxa média de amortização anual %</b>	20%	-	20%	20%	33%	-	

(a) Veja nota explicativa 2 sobre combinação de negócio.

## 18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2017	Captação (Não auditado)	Juros incorridos (Não auditado)	Pagamento de juros (Não auditado)	Amortização (Não auditado)	31/12/2018
FINAME	Banco do Brasil	3,5% à 4,5%	15/11/2019	11.142	41.700	1.830	(1.837)	(10.804)	42.031
Crédito Rural	Banco do Brasil	10,25%	02/04/2018	1.271	-	-	(4)	(1.267)	-
Duplicatas	Banco Safra	0,51%	24/09/2019	-	7.278	49	(5)	(7.322)	-
Consórcio	Banco do Brasil	-	10/06/2019	-	15	-	-	(10)	5
<b>Total</b>				<b>12.413</b>	<b>48.992</b>	<b>1.878</b>	<b>1.844</b>	<b>19.403</b>	<b>42.036</b>
Circulante				12.413					42.036

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2018	Incorporação	Captação	Juros e variação cambial incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2019
Crédito Rural	Banco do Brasil	7,5% à 8,5% ou 103% CDI	10/07/2020	<b>42.031</b>	-	22.000	1.579	(1.443)	(51.700)	<b>12.467</b>
FINAME	Santander, e Bradesco	3,0% à 8,4%	17/04/2023	-	2.213	-	157	(160)	(565)	<b>1.645</b>
Capital de Giro	Banco do Brasil	130% à 139% CDI	10/01/2022	-	-	68.650	2.323	(226)	(1.667)	<b>69.080</b>
ACC	Banco do Brasil	4,2% à 7,7%	31/01/2020	-	382	7.340	1.156	(220)	(3.192)	<b>5.466</b>
Leasing	Banco do Brasil	4,20%	15/06/2024	-	-	6.650	105	(85)	-	<b>6.670</b>
Consórcio	Banco do Brasil	-	10/06/2019	<b>5</b>	-	-	-	-	(5)	-
Duplicatas	Bancos Safra,									
Descontadas	Daycoval e Pyne	0,51% à 0,78%	04/03/2020	-	-	112.980	1.409	-	(61.924)	<b>52.465</b>
<b>Total</b>				<b>42.036</b>	<b>2.595</b>	<b>217.620</b>	<b>6.729</b>	<b>(2.134)</b>	<b>(119.053)</b>	<b>147.793</b>
Circulante				<b>42.036</b>						<b>137.805</b>
Não Circulante				-						<b>9.988</b>



### **Cláusulas restritivas (Covenants)**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, a Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (covenants), e as mesmas foram atendidas pela Companhia.

### **Garantias**

Crédito rural: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por estoque de produtos, no montante de R\$ 12.000, e fianças com aval pessoal dos acionistas gestores, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

Capital de giro: Os empréstimos estão garantidos através de matéria-prima estocada e imóveis da Companhia localizados na cidade de Campinas e Porto Ferreira-SP. Os imóveis da Companhia em garantia estão avaliados em R\$ 24.147 e os estoques em R\$ 36.002.

Finame e Leasing: Os financiamentos e empréstimos destas modalidades estão garantidos pelo próprio bem financiado. Os bens oferecidos como garantia estão avaliados em R\$ 10.692.

- ACC: A garantia está amparada pelas vendas de mercadorias realizadas para o mercado externo no valor da dívida em aberto em 31 de dezembro de 2019.

## **19 Debêntures e CRA a pagar**

A empresa Cinel Alimentos Comércio Importação e Exportação S.A (antes controladora) incorporada pela Companhia (antes controlada) realizou a sua 1ª emissão de Debêntures demonstrada como segue:

***Broto Legal Alimentos S.A.***  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2019*

Série	Quantidade	Emissão em Reais	Emissão	Vencimento	31/12/2017	Captação (não auditado)	Juros incorridos (não auditado)	Pagamento de juros (não auditado)	Amortização (não auditado)	31/12/2019
Úni/001	150	1.000.000	02/02/2018	15/02/2024	-	<b>146.000</b>	<b>5.173</b>	<b>(4.678)</b>	<b>(2.666)</b>	<b>143.829</b>
				Circulante						10.162
				Não Circulante						133.667

Série	Quantidade	Emissão em Reais	Emissão	Vencimento	31/12/2018	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2019
Úni/001	150	1.000.000	02/02/2018	15/02/2024	143.829	-	12.174	<b>(12.669)</b>	<b>(143.334)</b>	-
				Circulante	10.162					-
				Não Circulante	133.667					-

As debêntures da 1ª emissão tinham um prazo de 72 meses a partir de 15 de fevereiro de 2018 e eram remuneradas na base de CDI + 3,5% a.a., incidentes sobre o valor nominal das debêntures. O vencimento da última parcela era em 15 de fevereiro de 2024. Em 29 de novembro de 2019 a Companhia liquidou as debêntures através da emissão de uma outra linha de crédito – CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócios, com taxas de juros menores.

Em 10 de outubro a companhia avisou ao Mercado, através de comunicado publicado no jornal Folha de São Paulo que requereu perante à CVM, em 23 de agosto de 2019, o pedido de registro de distribuição pública dos certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”) da 1ª série da 6ª emissão da intermediadora Isec Securitizadora S.A, inscrita no CNPJ 08.769.451/0001-08, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, em conjunto com o BB Banco de Investimento S.A, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ 24.933.830/0001-30, para distribuição pública de, inicialmente, até 150.000 (cento e cinquenta mil) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais), sendo que, este montante foi aumentado, de comum acordo entre a emissora, o coordenador líder BB Banco de Investimento S.A e a Broto Legal Alimentos S.A. fechando a operação em 162.056 (cento e sessenta e dois mil e cinquenta e seis) CRAs, com valor nominal unitário, na data da emissão de R\$ 1.000 (mil reais).

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Vencimento	31/12/2018	Captação	Juros incorridos	Pagamento de juros	Amortização	31/12/2019
CRA Custos de captação	Banco do Brasil	115% CDI	A partir de abril/2021 até dezembro/2024	-	162.056	709	-	-	162.765
			dezembro/2024	-	(9.252)	-	-	(9.252)	
			<b>Total</b>	-	<b>152.804</b>	<b>709</b>	-	-	<b>153.513</b>
			Circulante	-				-	
			Não Circulante	-				153.513	

## 20 Partes relacionadas

### Empréstimos tomados com parte relacionada (a)

	31/12/2017	Juros provisionado (Não auditado)	Incorporação (Não auditado)	Amortização (Não auditado)	Juros pagos (Não auditado)	31/12/2018
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	-	-	13.253	-	-	13.253

	31/12/2018	Juros provisionado	Captação	Incorporação	Amortização	Juros pagos	31/12/2019
Passivo Não Circulante – Empréstimo com parte relacionada Empréstimos Washington Umberto Cinel (acionista)	13.253	117	19.000	2.273	(32.526)	(117)	2.000

### Empréstimos cedidos à partes relacionadas (b)

	31/12/2017	Concedido (Não auditado)	Recebido (Não auditado)	31/12/2018
Ativo Circulante – Outros créditos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	-	812	-	812

  

	31/12/2018	Concedido	Recebido	31/12/2019
Ativo Circulante – Outros créditos Empréstimos Lázaro Aparecido Moreto	812	2.720	(2.000)	1.532

- (a) O saldo no passivo tem como origem, empréstimo de mútuo do acionista Washington Umberto Cinel realizado para a Companhia, sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazos de vencimento.
- (b) O saldo no ativo trata-se de empréstimos concedidos ao Lázaro Aparecido Moreto durante os exercícios de 2018 e 2019, sem cobrança de juros ou atualizações monetárias e sem prazo de vencimento.

### Outras transações com partes relacionadas

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b> (não auditado)
<b>Ativo Circulante - Adiantamento a fornecedores</b>		
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	1.050	-
<b>Total do ativo</b>	<b>1.050</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Circulante - Fornecedores</b>		
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(40)	(17)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	(6)	(6)
Villa Oliva Rice S.A. (a)	(83)	(1.542)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(129)</b>	<b>(1.565)</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b> (não auditado)
<b>Resultado – Custos</b>		
Villa Oliva Rice S.A. (a)	(13.176)	-
Fazenda Washington Umberto Cinel (a)	(22.632)	(28.409)
<b>Total dos Custos</b>	<b>(35.808)</b>	<b>(28.409)</b>
<b>Resultado - Despesas administrativas</b>		
Gocil Serv. Vigilância e Segurança LTDA (b)	(595)	(147)
Gocil Serviços Gerais LTDA (b)	(95)	(51)
<b>Total de despesas</b>	<b>(690)</b>	<b>(198)</b>

- (a) Saldos referente a compra de matéria prima.
- (b) Saldos referente a prestação de serviços de segurança e vigilância.

### Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados. A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.206 e em 2018 foi de R\$ 1.351.

## 21 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Baseada em informações de seus assessores jurídicos sobretudo da esfera tributária, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 418 (R\$ 408 em 2018).

	2019				2018
	Saldo Inicial	Adições	(Baixa)	Saldo	Saldo
Tributário (Funrural)	408	10	-	418	408
	<u>408</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>418</u>	<u>408</u>

### Depósitos judiciais

	2019				2018
	Saldo Inicial	Adições	(Baixa)	Saldo	Saldo
Cíveis	127	6	-	133	127
Tributário (Funrural)	14.467	1.802	-	16.269	14.467
	<u>14.594</u>	<u>1.808</u>	<u>-</u>	<u>16.402</u>	<u>14.594</u>

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,5%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente à publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para INSS e 0,1% para RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, § 8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 - que deu nova redação ao art. 195, I, da CF - a questão voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos repristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

### **Causas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos no montante de R\$ 1.642 referente a ações fiscais, trabalhistas e cíveis consideradas como probabilidade de perda "possível" do qual as normas contábeis não requerem provisões.

## **22 Imposto de renda e contribuição social**

### **a. Reconciliação da taxa efetiva**

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(40.184)</b>	5.349
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	-	(1.819)
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	20.954	-
Valor justo da combinação de negócio (c)	(4.756)	-
Outras adições/exclusões, líquida	8.449	(2.011)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	<b>(24.647)</b>	<b>(3.830)</b>
Impostos de renda e contribuição social – correntes	(1.727)	-
Impostos de renda e contribuição social - diferidos	26.374	3.380
Total	<b>24.647</b>	<b>3.830</b>
Taxa efetiva	-61%	72%

**b. Diferidos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

	31/12/2019		Movimentação		31/12/2018	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.336	2.336	1.104	1.104	1.232	1.232
Provisões para contingências	418	418	9	9	409	409
Outras provisões	731	731	731	731	0	0
Valor justo da combinação de negócio (c)	(60.077)	(60.077)	13.989	13.989	(74.066)	(74.066)
Prejuízo fiscal a compensar / Base negativa da contribuição social	61.766	61.663	61.766	61.663	-	-
<b>Total da base para imposto de renda/contribuição social</b>	<b>5.174</b>	<b>5.071</b>	<b>77.599</b>	<b>77.496</b>	<b>(72.425)</b>	<b>(72.425)</b>
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.294	456	19.400	6.975	(18.106)	(6.518)
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferido	<b>1.750</b>		<b>26.374</b>		<b>(24.624)</b>	

Baseada em seu histórico de realização, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos para realização do saldo em até 13 anos.

**c. Valor justo da combinação de negócio (a)**

	31/12/2019	Amortização	31/12/2018
Marcas	28.608	(9.035)	37.643
Ativo imobilizado	28.331	(2.527)	30.859
Ativo intangível	112	(35)	147
Carteira de clientes	2.655	(2.276)	4.931
Acordo de não competição	370	(117)	487
	60.077	(13.989)	74.066

(c) Veja mais detalhes na nota explicativa 2 sobre combinação de negócio.

**23 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está representado por 90.481.262 ações ordinárias e 913.952 ações preferenciais, e estão assim distribuídas:

	Tipo de ações	31/12/2019		31/12/2018	
		Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
Washington Umberto Cinel	Ordinárias	90.094.346	98,58%	70.099.000	99,99%
Cláudia Isabel Luciano Cinel	Ordinárias	386.916	0,42%	1.000	0,01%
Lázaro Aparecido Moreto	Preferenciais	913.952	1,00%	-	-

### **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 88.544 (R\$ 70.100 em 31 de dezembro de 2018).

Em 30 de janeiro de 2019, houve aumento de capital no montante de R\$ 7.718, decorrente da incorporação de ativos e passivos líquidos Itaobi Importação e Exportação de Cereais LTDA. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente.

Em outubro de 2019, o sócio Washington Umberto Cinel decidiu capitalizar um empréstimo que tinha concedido para a Broto Legal em 2018. O montante capitalizado foi o total do empréstimo no valor de R\$ 10.726.

### **Juros sobre capital próprio**

A conciliação dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada abaixo:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.659</b>
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-
Pagamentos	-
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.659</b>
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-
Pagamentos	(5.659)
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>

### **Reserva Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social. Não foi constituído reserva legal em 2019 devido ao prejuízo do exercício.

### **Reserva de investimento**

A reserva de investimento se refere ao benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, a qual não poderá ser distribuída aos acionistas no período inferior a cinco anos.

### **Dividendos**

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.



Em 31 de dezembro de 2018, em função da reserva de investimento, nenhum dividendo foi apurado no exercício. E em 31 de dezembro de 2019, em função do prejuízo no exercício, nenhum dividendo foi apurado.

## 24 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Vendas no mercado interno	434.097	388.227
Vendas no mercado externo	<u>25.952</u>	<u>4.852</u>
Total das vendas brutas	460.049	393.079
Descontos e acordo comerciais	(31.107)	(25.104)
Devolução	(15.823)	(13.135)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(26.974)</u>	<u>(26.742)</u>
	<b><u>386.145</u></b>	<b><u>328.098</u></b>

O saldo das vendas brutas por produtos está demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b> (não auditado)
Arroz	276.632	234.271
Feijão	159.146	131.172
Outros	<u>24.271</u>	<u>27.637</u>
	<b><u>460.049</u></b>	<b><u>393.079</u></b>

## 25 Gastos por natureza

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custo incorridos com materiais e produtos	(291.087)	(230.212)
Salários e benefícios	(26.260)	(19.086)
Fretes e carretos	(24.076)	(17.522)
Comunicação	(544)	(463)
Comissões de vendas	(5.983)	(4.363)
Viagens e veículos	(478)	(520)
Energia elétrica	(5.308)	(3.133)
Serviços profissionais	(5.460)	(3.819)
Depreciação e amortização	(18.537)	(26.066)
Manutenção de máquinas	(3.369)	(2.811)
Comissões sobre compras	(1.546)	(1.027)
Aluguéis	(590)	(673)
Perda de devedores duvidosos	-	(61)
Material de uso e consumo	(395)	(214)
INSS, IPTU e IPVA	(96)	(72)
Crédito de pis e cofins - extemporâneo	1.375	-
Publicidade e propaganda	(9.674)	(11.241)
Outros	<u>(9.088)</u>	<u>3.794</u>
	<b><u>(401.116)</u></b>	<b><u>(317.489)</u></b>

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Gastos por natureza</b>		
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	(318.428)	(249.099)
Despesas com vendas	(55.468)	(47.326)
Despesas administrativas e gerais	<u>(27.220)</u>	<u>(21.064)</u>
	<b><u>(401.116)</u></b>	<b><u>(317.489)</u></b>
 <b>26 Outras despesas e receitas operacionais, líquidas</b>		
<b>Outras despesas</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisões diversas	(741)	(2.530)
Baixa do custo de alienação de ativo	(5)	(25)
Outras despesas	<u>(528)</u>	<u>(7)</u>
	<b><u>(1.274)</u></b>	<b><u>(2.562)</u></b>
 <b>Outras receitas</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Reversão de provisões	-	2.984
Alienação de ativo imobilizado	22	20
Receita de venda de sucata	112	158
Atualização monetária de depósitos judiciais	<u>1.480</u>	<u>1.394</u>
	<b><u>1.614</u></b>	<b><u>4.556</u></b>
 <b>Outras despesas e receitas operacionais, líquidas</b>	<b><u>340</u></b>	<b><u>1.994</u></b>
 <b>27 Resultado financeiro</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(18.892)	(7.084)
Multas	(200)	(22)
Despesa com variação cambial	(2.888)	(616)
Despesas bancárias	(3.098)	(694)
IOF	(1.520)	(403)
Impostos	(56)	(65)
Descontos concedidos	<u>(992)</u>	<u>(586)</u>
	<b><u>(27.646)</u></b>	<b><u>(9.470)</u></b>
 <b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	402	142
Juros recebidos	60	62
Receita com variação cambial	2.413	809
Rendimentos de aplicações financeiras	322	1.180
Outras receitas	<u>-</u>	<u>23</u>
	<b><u>3.197</u></b>	<b><u>2.216</u></b>
 <b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(24.449)</u></b>	<b><u>(7.254)</u></b>

## 28 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e mensuração do valor justo

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

A norma também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros representam uma aproximação de seus valores justos, considerando as características dos instrumentos.

<b>31 de dezembro de 2019</b>			
	<b>Nota</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	11	Custo amortizado	50.074
Contas a receber de clientes	12	Custo amortizado	52.445
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	13.239
Outros créditos		Custo amortizado	2.102
			<u>117.860</u>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores		Outros passivos financeiros	12.927
Empréstimos e financiamentos	18	Outros passivos financeiros	147.793
Empréstimos com parte relacionada	20	Outros passivos financeiros	2.000
CRA a pagar	19	Outros passivos financeiros	153.513
Outras contas a pagar		Outros passivos financeiros	4.224
			<u>320.457</u>

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

***Riscos de crédito***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos clientes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a concentração em clientes potenciais e da política de cobrança da Companhia.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

***Contas a receber de clientes***

A Companhia estabelece uma política de provisão para perdas por redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes. Os títulos a receber das empresas ligadas não são considerados no cálculo dessa provisão.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera e informações prospectivas (*forward-looking*).

***Avaliação da perda por redução ao valor recuperável***

A política de avaliação da perda por redução ao valor recuperável está demonstrada na nota explicativa 9.

A composição por vencimento desses instrumentos financeiros no final do exercício de relatório está demonstrada na nota explicativa 12.

***Caixa e equivalentes de caixa e derivativos***

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 50.074 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 49.670 em 2018). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos principalmente com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a funcionamento pelos órgãos reguladores oficiais (Bacen).

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de

garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou danos que podem prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual e exposição do risco de liquidez dos passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo o pagamento de juros, está apresentado abaixo.

<b>Fluxos de caixa contratuais - 31 de dezembro de 2019</b>					
<i>Em milhares de Reais</i>	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>2 meses ou menos</b>	<b>2-12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>
Fornecedores	12.927	12.927	12.927	-	-
Empréstimos e financiamentos	147.793	147.793	68.644	79.149	9.988
Empréstimos com parte relacionada	2.000	2.000	-	-	2.000
CRA a pagar	153.513	153.513	-	-	153.513
Outras contas a pagar	4.224	4.224	4.224	-	-
<b>Total</b>	320.457	320.457	85.795	79.149	165.501

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia não opera com derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelas políticas internas da Companhia.

### ***Risco cambial***

A Companhia está exposta ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real (R\$). Essas operações são denominadas principalmente em Dólar Americano (USD).

### ***Exposição a moeda estrangeira***

Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registradas no balanço patrimonial estão demonstrados no quadro a seguir:

	<b>Taxa em exposição</b>	<b>2019</b>	
		<b>Exposição (USD)</b>	<b>Exposição (BRL)</b>
Contas a receber de clientes no exterior	USD	620	2.498
Fornecedores no exterior	USD	(300)	(1.209)
Empréstimos em moeda estrangeira	USD	(1.357)	(5.468)
<b>Exposição líquida</b>		(1.037)	(4.179)

### ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

### ***Gestão do capital***

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital por meio da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo e de aplicações financeiras de longo prazo.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 11)	50.074	49.670
(-) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18)	(147.793)	(42.036)
(-) CRA a pagar (nota explicativa 19)	(153.513)	-
(-) Debêntures a pagar (nota explicativa 19)	-	(143.829)
(-) Empréstimos com parte relacionada (nota explicativa 20)	(2.000)	(13.253)
<b>Caixa líquido de Empréstimos e financiamentos</b>	<b><u>(253.232)</u></b>	<b><u>(149.448)</u></b>

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### **c. Análise da sensibilidade**

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

				31 de dezembro de 2019			
	Risco	Taxa em 31/12/2019	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	4,40%	2,60%	50.018	1.252	936	624
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	4,40%	2,60%	(74.225)	(2.781)	(3.380)	(3.959)
CRA	Alta da CDI	4,40%	2,60%	(162.765)	(4.679)	(7.963)	(9.555)
<b>Efeito</b>				<b>(186.972)</b>	<b>(6.208)</b>	<b>(10.407)</b>	<b>(12.890)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11)).

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de câmbio:

				31 de dezembro de 2019				
	Risco	Taxa em 31/12/2019	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	4,03	5,28	360	1.501	775	(43)	(862)
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	4,03	5,28	(709)	(1.210)	(375)	(772)	(1.168)
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	4,03	5,28	(1.701)	(5.468)	(1.695)	(3.485)	(5.276)
<b>Efeito</b>				<b>(2.050)</b>	<b>(5.177)</b>	<b>(1.295)</b>	<b>(4.300)</b>	<b>(7.306)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

## 29 Eventos subsequentes

### COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado.

Com relação ao mercado alimentício, temos uma situação bem diferente dos demais produtos de bens de consumo. Trata-se de alimento que faz parte da cesta básica e houve um aumento no consumo. A Companhia não sofreu queda nas vendas durante o mês de Março, Abril e Maio e a

tendência para o mês de Junho está igual ou superior ao mês anterior. Entendemos que a projeção de receitas e fluxo de caixa operacionais deve ser mantida em 2020.

Adicionalmente, com relação a exposição à variação cambial do dólar norte-americano, o volume não é substancial. As operações de importação são de aproximadamente 10% sobre o total de compras de matéria-prima e se equilibram com o volume de operações de exportação e os possíveis efeitos já estão demonstrados na análise de sensibilidade da nota explicativa 20.

\* \* \*

**LAZARO APARECIDO MORETO**  
CEO

**WASHINGTON UMBERTO CINEL**  
Diretor

**HERMERSON MONTEIRO DE SOUZA**  
Contador  
CRC 1SP-298795/O-0